Manuel Fernandes Tomás

Escritos Políticos e Discursos Parlamentares (1820-1822)

Introdução e edição de
José Luís Cardoso

FIGUEIRA DA FOZ

ICS

Índice

Prefácio 17
Manuel Fernandes Tomás, egrégio figueirense, «o patriarca da liberdade» 17

Agradecimentos 19

Regras de transcrição e abreviaturas 21

Introdução 23
Manuel Fernandes Tomás e o movimento constitucional vintista 23

I – Manifestos, proclamações, ofícios e discursos oficiais 81
I.1 – Manifesto aos portugueses, 24 de agosto de 1820 83
I.2 – Proclamação aos habitantes de Lisboa, 28 de agosto de 1820 87
I.3 – Proclamação aos oficiais de todo o exército, 1 de setembro de 1820 90
I.4 – Ofício para os magistrados presidentes das eleições, 8 de novembro de 1820 92
I.5 – Proclamação aos habitantes de Lisboa, 18 de novembro de 1820 94
I.6 – Ofício para António da Silveira Pinto da Fonseca, 20 de novembro de 1820 96
I.7 – Novo ofício sobre marcação de eleições, 22 de novembro de 1820 97
I.8 – Discurso na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, 15 de setembro de 1821 98
I.9 – Discurso de saudação aos deputados madeirenses, 17 de fevereiro de 1821 101
I.10 – Discurso de boas-vindas a D. João VI, 7 de julho de 1821 103
I.11 – Proclamação aos habitantes do Brasil, 13 de julho de 1821 105
I.12 – Relatório de apresentação da Constituição a D. João VI, 26 de setembro de 1822 110

II – Ação governativa 115

Relatório sobre o estado e administração do reino, 3-5 de fevereiro de 1821 117

III – Folhetos e polémicas de imprensa 137

III.1 – Carta do Compadre de Belém ao redator do *Astro da Lusitânia*, 1820 139

III.2 – Carta segunda do Compadre de Belém ao redator do *Astro da Lusitânia*, 1821 155

III.3 – Lutero, o padre José Agostinho de Macedo e a *Gazeta Universal*, 1822 172

IV – Artigos de *O Independente*, 1821-1822 209

IV.1 – Cidadania constitucional 211

IV.1.1 – [Editorial] 211

IV.1.2 – [A vontade do povo] 212

IV.1.3 – Testemunhos falsos que se costumam levantar à opinião pública 217

IV.1.4 – [Sobre a tolerância política] 222

IV.1.5 – [Sobre a natureza das revoluções] 224

IV.1.6 – Espírito constitucional 226

IV.1.7 – O cidadão por obra 228

IV.1.8 – Quem perde e quem ganha com a Constituição? 230

IV.1.9 – As contradições 234

IV.1.10 – Carácter das instituições constitucionais 237

IV.1.11 – Dos anarquistas e dos aristocratas 239

IV.1.12 – Os magistrados 244

IV.1.13 – Responsabilidade dos juízes 247

IV.1.14 – A harmonia dos poderes 249

IV.2 – Reformas institucionais 252

IV.2.1 – [Reformas das instituições políticas] 252

IV.2.2 – [Sobre a reforma eclesiástica] 254

IV.2.3 – [Reforma das instituições vinculares e dos morgadios] 258

IV.2.4 – Audiências de el-rei 261

IV.2.5 – Juízes de facto e juízes de direito 263

IV.3 – Economia e finanças 269

IV.3.1 – Agricultura 269

IV.3.2 – Comércio [I] 271

IV.3.3 – Comércio [II] 273
IV.3.4 – O comércio interno 275
IV.3.5 – Banco de Lisboa 278
IV.3.6 – Aos capitalistas que recusam entrar no banco 283

IV.4 – Segurança e ordem pública 292
IV.4.1 – [Guardas de segurança pública] 292
IV.4.2 – Guardas de segurança pública 294
IV.4.3 – Segurança pública 298
IV.4.4 – Código de polícia 302
IV.4.5 – A liberdade e a licença 303

V – Discursos parlamentares, 1821-1822 307

V.1 – A liberdade: princípios e práticas 309
V.1.1 – A extinção da Inquisição 309
V.1.2 – A liberdade de imprensa e a censura prévia 309
V.1.3 – Urgência de aprovação da lei da liberdade de imprensa 312
V.1.4 – A liberdade de imprensa e o sistema constitucional 312
V.1.5 – A liberdade de imprensa e os atos da vida pública 313
V.1.6 – A liberdade e os abusos da autoridade 315
V.1.7 – A liberdade de imprensa e as ofensas da honra pública 318
V.1.8 – A liberdade do cidadão e a liberdade da nação 320

V.2 – A igualdade perante a lei e os seus limites 322
V.2.1 – A natureza universal das leis 322
V.2.2 – A justiça da lei face à calúnia 323
V.2.3 – A igualdade de direitos perante a lei 326
V.2.4 – A lei igual para todos, incluindo os deputados 327
V.2.5 – Igualdade de direitos e de favores 328
V.2.6 – A igualdade no direito de voto dos trabalhadores 329
V.2.7 – Igualdade das classes sociais perante a lei 331
V.2.8 – A igualdade de cidadania dos libertos 332

V.3 – A justiça, o estado de direito e a magistratura 333
V.3.1 – Aplicação da justiça ao Cardeal-Patriarca 333
V.3.2 – Os jurados no julgamento de abusos à liberdade de imprensa 340
V.3.3 – O processo de nomeação de jurados 343

V.3.4 – As vantagens dos jurados nas causas crime 344
V.3.5 – A negação de recurso nas sentenças de jurados 346
V.3.6 – O julgamento de mendigos e vadios 347
V.3.7 – Princípios e regras na aplicação de penas de prisão 349
V.3.8 – Enquadramento constitucional do direito penal 352
V.3.9 – A obediência e a resistência à lei 354
V.3.10 – A autonomia do poder judicial 355
V.3.11 – A independência do poder judicial 356
V.3.12 – Vantagens da nomeação não vitalícia dos magistrados 358
V.3.13 – Regras sobre a escolha de magistrados 360
V.3.14 – Contra a suspensão dos magistrados pelo rei 361
V.3.15 – A remuneração dos magistrados 362
V.3.16 – Projeto de reforma das Relações 363
V.3.17 – Escolha dos presidentes das Relações 366
V.3.18 – A nomeação dos desembargadores 367

V.4 – Princípios constitucionais 369
V.4.1 – Uma Constituição portuguesa 369
V.4.2 – O direito de propriedade 369
V.4.3 – A defesa da pátria 369
V.4.4 – O território inalienável 370
V.4.5 – A eventual necessidade de cedência do território 373
V.4.6 – A naturalidade e a cidadania 376
V.4.7 – O direito de petição 377
V.4.8 – Bases para a revisão da Constituição 377
V.4.9 – O processo de revisão constitucional 378

V.5 – A soberania e a divisão de poderes 382
V.5.1 – A soberania da nação 382
V.5.2 – A divisão em três ou quatro poderes 384
V.5.3 – As duas câmaras e o veto real 385
V.5.4 – Razão e significado do veto real 391
V.5.5 – O Conselho de Estado 394
V.5.6 – Conselho de Estado não vitalício 397
V.5.7 – O rei e a Constituição 400
V.5.8 – A possibilidade de abdicação do rei 400

V.5.9 – A sucessão régia 402
V.5.10 – Competências dos poderes legislativo e executivo 403
V.5.11 – Responsabilidades dos poderes legislativo e executivo 405
V.5.12 – Os limites do poder executivo 405
V.5.13 – O poder de sancionar as leis 406
V.5.14 – Assinatura e publicação das leis 409
V.5.15 – O poder de nomeação dos bispos 410

V.6 – A reforma dos forais e o sistema de propriedade 416
V.6.1 – Origem e legitimidade das doações 416
V.6.2 – As provas de doação e os abusos dos donatários 419
V.6.3 – O pagamento de pensões ou tributos 424
V.6.4 – Método de cálculo do rendimento das terras 425
V.6.5 – A redução dos laudémios 427
V.6.6 – Direito do uso ou posse da terra 429
V.6.7 – Montante de direitos a pagar 430
V.6.8 – Enquadramento político da reforma dos forais 431
V.6.9 – A venda de bens nacionais 434
V.6.10 – Os terrenos maninhos 436

V.7 – A questão brasileira 438
V.7.1 – O empréstimo ao Banco do Brasil 438
V.7.2 – Envio de expedição militar ao Rio de Janeiro..... 438
V.7.3 – Adesão dos brasileiros à causa constitucional 442
V.7.4 – Defesa da unidade do reino 445
V.7.5 – Limites à criação de novos tribunais no Brasil 447
V.7.6 – Recursos judiciais e administração da justiça no Brasil 448
V.7.7 – Ameaça de separação do Brasil («passe o senhor Brasil muito bem») 449
V.7.8 – Desunião fomentada pela Junta de São Paulo 451
V.7.9 – A Junta de São Paulo, o príncipe real e a desunião inevitável 457
V.7.10 – O impossível pacto social com o Brasil («tratai da vossa vida») 464
V.7.11 – Artigos adicionais da Constituição referentes à Regência no Brasil 468
V.7.12 – «O tempo da ilusão desapareceu para sempre» 469

V.8 – Prática parlamentar, ação política e processo eleitoral 471
V.8.1 – Os deputados são da nação, não das províncias 471
V.8.2 – Avaliação política dos ministros e forma de a expressar 472
V.8.3 – Forma de publicação das declarações do rei 474
V.8.4 – A acumulação de cargos públicos 475
V.8.5 – Fixação de prazos de resposta a requerimentos às Cortes 476
V.8.6 – Provimento de cargos públicos por concurso 477
V.8.7 – Recompensas e mercês 478
V.8.8 – O emprego futuro dos deputados 479
V.8.9 – Regras sobre a leitura de documentos pelos deputados 480
V.8.10 – As qualidades dos funcionários públicos 481
V.8.11 – Qualificações para o desempenho de empregos públicos..... 484
V.8.12 – Eleição direta ou indireta de deputados 486
V.8.13 – O processo de eleição para as câmaras 490
V.8.14 – Idade mínima dos eleitores 491
V.8.15 – Grupos sociais sem direito a voto 492
V.8.16 – Voto público ou secreto 493

V.9 – Economia e finanças públicas 498
V.9.1 – Sobre a Fazenda e o Erário 498
V.9.2 – Proibição de entrada de cereais 500
V.9.3 – O privilégio da Companhia dos Vinhos do Douro 501
V.9.4 – Extinção das almotaçarias 502
V.9.5 – Direitos de exportação 503
V.9.6 – A gestão da dívida pública 504
V.9.7 – O papel da Junta dos Juros 505
V.9.8 – Controlo da receita e da despesa 508
V.9.9 – Abusos na administração económica 509
V.9.10 – Privilégios do Banco de Lisboa 510
V.9.11 – Gestão das rendas dos bens nacionais 512
V.9.12 – A necessidade de um empréstimo ao Estado 513
V.9.13 – A necessidade de contenção de despesas 515
V.9.14 – Contra a concessão de ajudas a particulares 516
V.9.15 – O pagamento da dívida aos credores do Estado 517

V.10 – Assuntos diversos 520
V.10.1 – A nacionalização dos bens da Patriarcal 520
V.10.2 – A extinção da Patriarcal 523
V.10.3 – A conduta do conde de Barbacena 526
V.10.4 – As touradas 526
V.10.5 – O uso do laço nacional 527
V.10.6 – Viagem de regresso do príncipe real 528
V.10.7 – O desterro do conde de Palmela 529
V.10.8 – A qualidade dos bacharéis 530

Anexo
Nomes completos dos deputados referidos por Manuel Fernandes Tomás 533

Índice onomástico 535